



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 88/2025, de autoria do PREFEITO MUNICIPAL VELOMAR GONÇALVES RIOS, o qual: ***“Dispõe sobre transposição, remanejamento e transferência de créditos orçamentários no âmbito do Poder Executivo, no orçamento vigente, e dá outras providências.”***

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 87/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, visa autorizar o Poder Executivo Municipal de Catalão a realizar **remanejamento, transposição e transferência** de dotações orçamentárias no quadro do orçamento vigente (LOA de 2025 — Lei nº 4.297/2024),



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

com fundamento no inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e na Lei federal nº 4.320/1964.

O Prefeito destaca a necessidade de mover recursos da fonte 100 para a fonte 102, dada a pressão crescente com os gastos em saúde – que superam os 30% –, visando garantir empenhos adequados no segundo semestre de 2025.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

Fundamentos Jurídicos

1) Constituição Federal – Art. 167, VI

O inciso VI do artigo 167 da CF proíbe transposição, remanejamento ou transferência de recursos entre categorias de programação e órgãos sem prévia autorização em lei. Assim, a iniciativa de lei é constitucionalmente mandatória e encontra amparo direto no texto constitucional.

2) Lei Federal n.º 4.320/1964

A Lei 4.320/64 rege a elaboração e execução dos orçamentos públicos. Especificamente:



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

- **Remanejamento:** mov. entre órgãos por reestruturação administrativa – Art. 43, § 1º, inciso III.
- **Transposição:** recolhimento de saldos autorizados em dotações extintas ou reestruturadas – art. 43.
- **Transferência:** dentro da mesma categoria econômica ou grupo de natureza — art. 43.

O PL observou tais conceitos e reflete fielmente o que a legislação federal prevê.

3) Separação ou Destaque Contábil (Art. 4º)

Prever que os balancetes e o balanço geral evidenciem separadamente os créditos adicionais (suplementares, especiais, extraordinários) e as operações (remanejamento, transposição, transferência) visa transparência e rastreabilidade, em conformidade com os princípios da **publicidade e controle externo** previstos no artigo 31 da Constituição Federal.

4) Princípio da Legalidade e Reserva de Lei

O art. 167, § 1º, da CF exige lei formal para autorizar essas operações orçamentárias. O PL cumpre esse preceito, ajustando o orçamento dentro da legalidade estrita e facilitando a administração dinâmica, respeitando o tridentário princípio da legalidade orçamentária.

Análise Doutrinária

Segundo José Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis (doutrina orçamentária), os **créditos adicionais** diferem das técnicas de reprogramação (remanejamento, transposição, transferência). Os créditos adicionais implicam necessidade de recursos não previstos originalmente; as demais técnicas



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

são instrumentos de **reprogramação** diante de prioridades e saldos existentes — exatamente o propósito do PL ao redistribuir dotações entre fontes.

Essa distinção doutrinária reforça que o PL não pretende alterar o montante global, apenas realocar para adequação à execução, sendo, portanto, técnica orçamentária legítima e eficiente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 88/2025, por estar em conformidade com os preceitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, recomendando a aprovação da matéria.

Catalão (GO), 19 de agosto de 2025.



Gilberto Barbosa de Andrade (SD)
Relator



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator, no **Projeto de Lei nº 88/2025**.

Catalão (GO), 19 de agosto de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Gilmar Antônio Neto.

Gilmar Antônio Neto (UNIÃO)
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do presidente, no **Projeto de Lei nº 88/2025**.

Catalão (GO), 19 de agosto de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Thomas Marques de Mesquita.

Thomas Marques de Mesquita (PODE)
Vogal

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente do presidente da comissão, localizada no canto inferior direito da página.